

# ACM admite funcionamento simultâneo das duas comissões

11 ABR 1999

JORNAL DE BRASÍLIA

As CPIs do Judiciário e dos Bancos deverão funcionar simultaneamente. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), contrário aos trabalhos paralelos de duas CPIs, admitiu ontem que não haverá mesmo jeito de passar a do Judiciário, criada por ele, na frente da dos Bancos, feita pelo presidente do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA). "Não é o ideal. Mas se for necessário, funcionarão (simultaneamente)", disse Antônio Carlos.

Não existe mais entre a maioria dos senadores a desconfiança de que

as CPIs não serão criadas. Elas efetivamente deverão entrar em funcionamento depois da Semana Santa. É possível que haja um intervalo de cerca de uma semana entre a instalação de uma e de outra, sendo a do Judiciário instalada em primeiro lugar. A intenção dos dirigentes dos partidos é evitar ao máximo que uma comissão atrapalhe a outra.

O bloco de oposição, favorável às duas CPIs, já indicou seus integrantes. Os titulares na CPI do Judiciário serão os senadores Jefferson Peres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PFL-SE); para a CPI dos Ban-

cos foram indicados os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Saturnino Braga (PSB-RJ). Há uma forte pressão do PFL para que a CPI do Judiciário seja presidida pelo senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL. Mas o PMDB quer a presidência desta CPI, para ficar com o cargo de relator da outra. Neste caso, Bornhausen poderá ser o relator da do Judiciário, cabendo a presidência a um peemedebista.

Enquanto se negocia nomes, já ficou clara a intenção do Senado de manter as investigações sob controle. Não haverá CPI mista, com sena-

dores e deputados, para investigar a ocorrência de irregularidades nos bancos. Ao responder a questão de ordem do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a possibilidade de que a CPI tenha também deputados, como insiste o presidente da Comissão de Economia da Câmara, Aloízio Mercadante (PT-SP), o presidente do Senado disse que o requerimento de Jader Barbalho para a abertura da CPI dizia respeito ao Senado. "Em termos regimentais, não pode haver CPI mista. Se houver um entendimento futuro entre as presidências do Senado e da Câmara, o assunto

pode até ser negociado. Mas do jeito que a CPI foi requerida, ela é só do Senado", disse o senador.

Antônio Carlos fez questão de comunicar ao plenário do Senado o número de senadores que assinaram o requerimento de instalação da CPI dos Bancos: 45. Antes de entregar o requerimento, Jader Barbalho disse que já tinha mais de 70 assinaturas. A CPI do Judiciário teve 54 assinaturas. Para a abertura de uma CPI são necessárias 27. Antes de receber o deputado Aloízio Mercadante, na quinta-feira, Jader Barbalho combinara com o líder do PMDB na Câma-

ra, Geddel Vieira Lima (BA), que o partido não daria apoio ao PT, para a criação da CPI mista de senadores e deputados.

A entrada de deputados numa investigação destas não é aceita pelos senadores, porque eles poderiam perder o controle da situação.

Depois da conclusão de que não é mais possível voltar atrás na criação das CPIs, os senadores começaram a defender que os trabalhos sejam conduzidos com serenidade. Há uma espécie de compromisso, firmado com o Governo por dirigentes do PMDB e do PFL, de que nenhuma das CPIs tentará pôr fogo no País.